

Matusalém Gonçalves Pimenta

DIREITO PROCESSUAL MARÍTIMO

3ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada

Apresentação: Alcides Martins Ribeiro Filho

Prefácio: Paulo Dias de Moura Ribeiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Matusalém Gonçalves Pimenta

Categoria: Direito Marítimo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas
Ilustração de capa: Jaderson Correa dos Passos
Revisão náutica e jurídica: Camen Lucia Sarmento Pimenta e
Lucas Sarmento Pimenta

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P644d

Pimenta, Matusalém Gonçalves

Direito processual marítimo / Matusalém Gonçalves Pimenta. – 3. ed.
rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
488 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 349-357.

ISBN 978-65-5510-458-5

1. Direito marítimo. 2. Direito processual marítimo. I. Título.

CDD 343.81096

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação	1
Apresentação à Primeira Edição	3
Prefácio	5
Prefácio à Segunda Edição	9
Prefácio à Primeira Edição	13
Introdução	15
Capítulo 1 – Processos de competência da Autoridade Marítima	19
1.1 Das Infrações Marítimas Simples Gerais.....	20
1.1.1 Da tramitação.....	21
1.1.2 Dos prazos	22
1.1.3 Das penalidades cabíveis	24
1.2 Das Infrações Marítimas Simples Ambientais	26
1.2.1 Das infrações administrativas à Lei nº 9.605/1998.....	27
1.2.2 Das infrações relativas à água de lastro	31
1.2.3 Das infrações relativas aos sistemas anti-incrustantes.....	33
1.3 Das Infrações Administrativas à Lei n.º 9.966/2000.....	35
1.3.1 Da competência da autoridade marítima	36
1.3.2 Dos prazos.....	38
1.4 Considerações	39
Capítulo 2 – A Corte Marítima Brasileira	43
2.1 Sinopse Histórica	43
2.2 Composição do Colegiado	52
2.3 Atribuições dos Juízes.....	56

2.4 Corregedoria do Tribunal	58
2.5 Secretaria	58
2.6 Comissão de Jurisprudência	58
2.7 Procuradoria Especial da Marinha	59
2.8 Patrocínio	59
2.9 Garantias da Ampla Defesa e do Contraditório.....	60
2.10 Competência.....	61
2.11 Jurisdição	66
2.11.1 Da jurisdição no mar territorial.....	70
2.11.2 Da jurisdição na zona econômica exclusiva	71
2.11.3 Da jurisdição na plataforma continental	75
2.11.4 Da jurisdição em alto-mar	77
Capítulo 3 – A Procuradoria Especial da Marinha.....	85
3.1 ● Origem Histórica	85
3.2 ● Caso Changri-lá.....	86
3.3 Competência.....	91
3.4 Composição e Atribuições.....	92
3.5 Considerações	93
Capítulo 4 – Acidentes da Navegação	95
4.1 Dos Acidentes da Navegação.....	95
4.1.1 Naufrágio.....	96
4.1.2 Encalhe	99
4.1.3 Variação	101
4.1.4 Colisão	104
4.1.5 Abalroação	105
4.1.6 Água aberta	108
4.1.7 Incêndio.....	111
4.1.8 Explosão.....	114
4.1.9 Arribada.....	115

4.1.10 Alijamento	118
4.1.11 Avaria ou defeito de risco	119
Capítulo 5 – Fatos da Navegação	123
5.1 Dos Fatos da Navegação.....	123
5.1.1 Do mau aparelhamento. Da impropriedade da embarcação. Da deficiência da tripulação	124
5.1.2 Da alteração da rota	127
5.1.3 Da má estivação da carga	130
5.1.4 Da recusa injustificada de socorro	131
5.1.5 Do emprego da embarcação na prática de atos ilícitos	132
5.1.6 Dos fatos de risco à embarcação, às vidas ou à carga	139
5.2 Do Crime de atentado contra o Transporte Marítimo	142
Capítulo 6 – Proposta de Sistematização dos Acidentes e Fatos da Navegação	147
6.1 Das Avarias Marítimas	148
6.1.1 Avaria grossa ou comum.....	149
6.1.2 Avaria simples ou particular.....	150
6.2 Proposta de Sistematização dos Acidentes e dos Fatos da Navegação	151
6.2.1 Avaria-dano	153
6.2.2 Avaria-despesa	154
6.3 O Caso Costa Concordia	156
6.3.1 Do navio e da sua última viagem.....	157
6.3.2 Das normas internacionais para o passage plan.....	157
6.3.3 Da falácia de exposição do navio a perigo.....	158
6.3.4 Da inverdade sobre mudança de rota.....	159
6.3.5 Da colisão: primeiro acidente.....	160
6.3.6 Da água aberta: segundo acidente	162
6.3.7 Da variação: terceiro acidente.....	163
6.3.8 Da colisão posterior: quarto acidente.....	164

6.3.9 Da água aberta posterior: quinto acidente.....	164
6.3.10 Do naufrágio: sexto acidente	164
6.3.11 Da possível omissão de socorro.....	166
6.3.12 Das condenações	168
Capítulo 7 – Inquérito Marítimo e Investigação de Segurança	171
7.1 Da Natureza Jurídica	171
7.2 Da Competência para Instauração.....	173
7.2.1 Da ordem de precedência	173
7.2.2 Da competência consular.....	174
7.3 Dos Elementos Essenciais do Inquérito.....	175
7.4 Das Provas.....	176
7.5 Da Oitiva das Testemunhas.....	178
7.5.1 Da notificação	178
7.5.2 Da qualificação da testemunha	178
7.5.3 Da capacidade para testemunhar.....	179
7.5.4 Do compromisso de dizer a verdade.....	179
7.5.5 Da possibilidade de assistência jurídica.....	181
7.5.6 Do depoimento de estrangeiros	183
7.6 Do Prazo para Conclusão ou Prorrogação.....	184
7.7 Da Defesa Prévia	184
7.8 Das Hipóteses de não Cabimento de Instauração do IAFN.....	185
7.8.1 Navios da Marinha do Brasil e de Estados estrangeiros.....	185
7.8.2 Arribada justificada	188
7.9 Do Envio do Inquérito ao TM.....	189
7.10 Da Investigação de Segurança – ISAIM	189
7.10.1 Da Resolução MSC 255 (84)	190
7.10.2 Das hipóteses de instauração da ISAIM.....	191
7.10.3 Da vedação da busca de responsabilidade	191
7.10.4 Da independência funcional do investigador.....	192

7.10.5 Da divulgação da ISAIM.....	193
Capítulo 8 – Processo de Competência do Tribunal Marítimo.....	195
8.1 Da Instauração do Processo	196
8.1.1 Por iniciativa pública	196
8.1.1.1 Por representação do Parquet.....	196
8.1.1.2 Por decisão do Tribunal Marítimo	204
8.1.2 Por iniciativa privada.....	205
8.2 Da Suspeição e do Impedimento dos Juizes	207
8.3 Da Distribuição dos Processos	207
8.4 Da Assistência	208
8.5 Do Litisconsórcio.....	209
8.6 Do <i>Amicus Curiae</i>	209
8.7 Do Recebimento da Representação.....	211
8.8 Da Citação	211
8.9 Da Defesa Técnica	214
8.10 Das Audiências.....	215
8.11 Da Instrução.....	216
8.12 Da Prova.....	216
8.12.1 Da testemunha.....	218
8.12.2 Da perícia	221
8.13 Das Alegações Finais.....	223
8.14 Do Julgamento.....	225
8.15 Do Trâmite para o Arquivamento.....	228
Capítulo 9 – Recursos, Penalidades e Execução na Corte Marítima.....	231
9.1 Da Prescrição e da Decadência	231
9.1.1 Da decadência	232
9.1.2 Da prescrição.....	234
9.2 Da Decisão Surpresa	238
9.3 Do Voto de Minerva.....	241

9.4 Dos Recursos Admitidos na Corte Marítima.....	246
9.4.1 Do agravo	250
9.4.2 Dos embargos de declaração	252
9.4.2.1 Declaratórios contra decisão não fundamentada	253
9.4.2.2 Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	254
9.4.3 Dos embargos de nulidade ou infringentes.....	257
9.5 Das Penalidades Aplicáveis pela Corte Marítima	262
9.5.1 Das circunstâncias agravantes.....	264
9.5.2 Das circunstâncias atenuantes	265
9.5.3 Da dosimetria da pena.....	265
9.6 Da Execução	267
Capítulo 10 – Processo de Registro de Competência do	
Tribunal Marítimo	269
10.1 Do Registro de Propriedade Marítima.....	270
10.2 Do Registro dos Direitos Reais e de outros Ônus.....	277
10.3 Do Registro de Armador	278
10.4 Do Registro Especial Brasileiro.....	280
10.5 Do Registro Temporário Brasileiro.....	283
10.6 Do Processo de Registro no Tribunal Marítimo.....	284
10.6.1 Do procedimento nos processos de registro	286
10.6.2 Dos recursos nos processos de registro	287
Capítulo 11 – Repercussão das Decisões do Tribunal Marítimo	
no Poder Judiciário.....	291
11.1 Da Eficácia das Decisões do Tribunal Marítimo.....	291
11.2 Do Sobrestamento do Processo	294
11.3 Do Veto Presidencial no CPC/2015.....	297
11.3.1 Do oligofrênico veto.....	300
11.3.2 Das consequências do veto.....	306
11.3.3 Considerações.....	308

11.4 Da Ação Anulatória contra Acórdão do Tribunal Marítimo	309
Capítulo 12 – Duplo Grau de Jurisdição: Proposta de Alteração do Regimento Interno do Tribunal Marítimo	313
12.1 Do Pacto de São José da Costa Rica	314
12.2 Da Obrigatoriedade dos Tratados Internacionais.....	317
12.3 Das Teorias Monista e Dualista.....	320
12.3.1 A corrente dualista.....	320
12.3.2 A corrente monista	321
12.4 Das Cartas Políticas no Direito Comparado	324
12.5 Da Obrigatoriedade dos Tratados no Sistema Jurídico Brasileiro.....	327
12.6 Do Duplo Grau de Jurisdição na Constituição Brasileira	333
12.7 Da Proposta de Alteração do Regimento Interno do TM.....	335
12.7.1 Do estabelecimento de recurso irrestrito.....	336
12.7.2 Da estrutura fracionada dos órgãos julgadores.....	338
12.7.3 Da proposta de divisão do Colegiado Marítimo em turmas.....	341
12.7.4 Da possível resolução de alteração do RIPTM.....	342
12.7.5 Da proposta de tratamento isonômico para os juizes do TM.....	343
Referências	349
Anexos.....	359